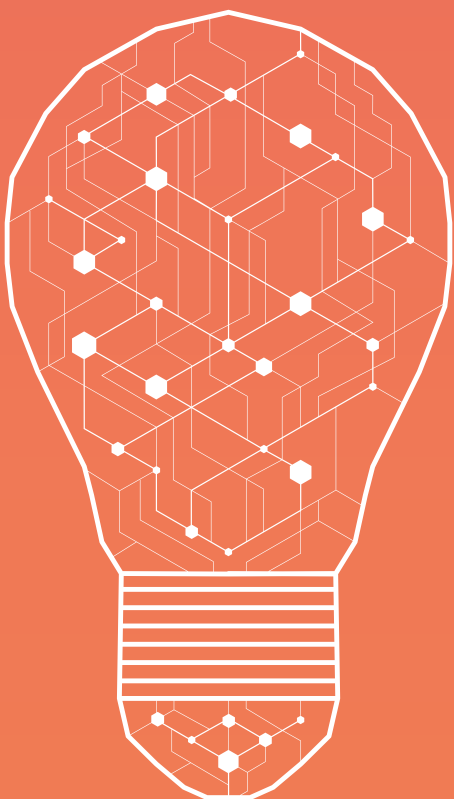




Maurício Canêdo Pinheiro

Professor associado da FCE/UERJ. Doutor em economia pela FGV EPGE



Cooperação e Inovação

Como proporção do PIB, o esforço brasileiro de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) é superior ao de boa parte dos países com renda similar e próximo ao de alguns países desenvolvidos. No entanto, a comparação é mais desfavorável quando se consideram apenas as atividades de inovação feitas no âmbito das empresas. E provavelmente isto é um dos motivos pelos quais, em comparação com outros países, os investimentos brasileiros em inovação geram menos resultados, por exemplo, em termos de patentes.

Nessa mesma linha, o World Competitiveness Ranking (WCR), calculado pelo International Institute for Management Development (IMD), indica que nossa infraestrutura científica, embora tenha bastante espaço para melhoria, é relativamente melhor do que outros fatores de competitividade relacionados à inovação. Entretanto, no Brasil, historicamente a geração de conhecimento nas universidades e laboratórios de pesquisa do governo não se converteu em inovação no âmbito das empresas, pois os incentivos para que isso ocorresse

têm sido fracos. Em termos gerais, não tem havido alinhamento da pesquisa básica com as necessidades e objetivos das empresas, tampouco uma relação mais próxima entre a academia e o conhecimento aplicado. Ilustra este ponto a disparidade entre o desempenho brasileiro em termos de publicações e de patentes.

A propósito, não por acaso, a Embrapa, uma notável exceção brasileira em termos de efetividade da P&D no setor público, obtém parte relevante de seu financiamento através de processos competitivos de licitação. E a referência da Embrapa foi de certo modo usada na criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), cujas atividades começaram em 2014 e que tem como vocação a aproximação entre instituições de ciência e tecnologia e empresas. O programa Inova Empresa também avançou nesta direção. Sem falar em dispositivos criados pela Lei de Inovação e Lei do Bem. Entretanto, muitas vezes essa colaboração é resultado do esforço individual de conexão por parte de alguns cientis-

tas e pesquisadores, e não de ações institucionais mais organizadas.

Parte da minha pesquisa recente tem sido justamente medir os ganhos da colaboração entre empresas e institutos de pesquisa ou universidades no que diz respeito a atividades de inovação. Os resultados indicam que, no caso brasileiro, este tipo de colaboração aumenta significativamente o gasto com atividades inovativas e a probabilidade de as empresas inovarem. Ademais, muitas empresas usam este tipo de colaboração para mitigar barreiras à inovação financeira e de conhecimento.¹ Encontro resultados semelhantes para outros países da América Latina.²

Ou seja, há espaço para aumento da inovação no âmbito das empresas empregando melhor os recursos que já existem na nossa economia. Tal argumento é ainda mais relevante quando se considera que o Brasil

Há espaço para
aumento da inovação
no âmbito das empresas
empregando melhor
os recursos que já
existem na nossa
economia

tem sérios problemas de escassez de mão de obra qualificada e, portanto, seria interessante contar com os recursos humanos existentes que já estão alocados nas universidades e centros de pesquisa. Além disso, há pouco espaço fiscal para incre-

mentar substancialmente os gastos (desejáveis) com financiamento e apoio públicos à inovação. Nesse sentido, políticas que facilitem a colaboração entre empresas e centros de pesquisa ou universidades podem ser um meio de aumentar a taxa de inovação empresarial sem pressionar demasiadamente os cofres públicos. 

¹Para mais detalhes e referências, ver Canêdo-Pinheiro, M.; Sousa, F. L. (2021). *Obstáculos de conhecimento também explicam a baixa propensão a inovar das empresas brasileiras*. Disponível em: https://ibre.fgv.br/sites/ibre.fgv.br/files/arquivos/u65/policy_paper_canedo.docx.

²Ver Canêdo-Pinheiro, M.; Sousa, F. L.; Cabral, B. P. (2024). *Interplay between innovation barriers and cooperation in Latin America: Lessons for Public Policy*. IDB Technical Note, n. IDP-TN-2904.

*Maurício Canêdo Pinheiro
escreve a cada bimestre.*

